

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ 61.074.175/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da MAPFRE Seguros Gerais S.A., submetidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A MAPFRE Seguros Gerais S.A. atua nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, com foco em automóveis, riscos patrimoniais e transportes.
Em 2016, a Seguradora apresentou próximos emitidos de R\$ 6.187,4 milhões e lucro líquido de R\$ 155,1 milhões.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2016, os acionistas deliberaram a distribuição de lucros de R\$ 184,7 milhões, na forma de juros sobre capital próprio, bem como o aumento de capital de R\$ 157,0 milhões.
Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Seguros Gerais S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 521/2015, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 916,5 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante		6.551.081	7.147.586
Disponível	5	87.912	131.920
Caixa e bancos		87.912	131.920
Equivalentes de caixa	5	46.184	19.819
Aplicações	6	1.634.742	994.207
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	2.148.616	2.823.838
Prêmios a receber		1.896.847	2.248.630
Operações com seguradoras		63.058	101.197
Operações com resseguradoras	8a	188.711	474.011
Outros créditos operacionais	9	139.678	64.024
Ativos de resseguro e retrocessão	8a	1.482.174	2.137.132
Títulos e créditos a receber		306.936	228.199
Títulos e créditos a receber	10a	153.090	169.000
Créditos tributários e previdenciários	29b	106.477	24.662
Outros créditos	10b	47.369	34.537
Outros valores e bens	7	224.912	219.052
Bens a venda	11a	222.876	206.659
Outros valores		2.036	12.393
Despesas antecipadas		10.947	11.623
Custos de aquisição diferidos	22	468.980	517.772
Seguros		468.980	517.772
Ativo não circulante		2.515.431	3.011.647
Realizável a longo prazo		2.087.222	2.547.344
Aplicações	6	1.080.882	1.563.095
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	38.125	72.648
Prêmios a receber		38.125	72.648
Ativos de resseguro e retrocessão	8a	158.643	182.142
Títulos e créditos a receber		739.585	674.965
Créditos tributários e previdenciários	29b	558.299	510.253
Depósitos judiciais e fiscais	26a	181.286	164.712
Custos de aquisição diferidos	22	69.987	54.494
Seguros		69.987	54.494
Investimentos		6.063	11.155
Participações societárias	12	5.915	4.905
Imóveis destinados a renda		148	6.102
Outros investimentos		148	148
Imobilizado	13	65.455	102.411
Imóveis de uso próprio		38.996	34.684
Bens móveis		21.629	34.379
Outros imobilizações		4.830	33.348
Intangível	14	356.691	350.737
Total do ativo		9.066.512	10.159.233

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		5.429.622	7.053.253
Contas a pagar		368.956	514.948
Obrigações a pagar	15	213.382	307.956
Impostos e encargos sociais a recolher	16	119.307	172.661
Encargos trabalhistas		31.026	28.837
Impostos e contribuições	17	5.241	5.494
Débitos de operações com seguros e resseguros		673.790	1.187.241
Prêmios a restituir		1.793	39.349
Operações com seguradoras	18	55.922	132.596
Operações com resseguradoras	8b	390.685	715.346
Corretores de seguros e resseguros	19	162.543	197.081
Outros débitos operacionais	20	62.847	102.869
Depósitos de terceiros	21	15.983	178.810
Provisões técnicas - seguros	22	4.370.893	5.172.254
Danos		4.128.101	4.991.895
Pessoas		242.792	180.359
Passivo não circulante		942.299	809.760
Contas a pagar		2.361	384
Tributos diferidos	29b	2.361	384
Provisões técnicas - seguros	22	788.404	654.316
Danos		692.562	552.595
Pessoas		95.842	101.721
Outros débitos		151.534	155.060
Provisões judiciais	26	151.534	155.060
Patrimônio líquido	27	2.694.591	2.296.220
Capital social		1.915.863	1.549.863
Aumento de capital (em aprovação)		156.995	109.650
Reserva de capital		542	542
Reserva de reavaliação		396	396
Reservas de lucros		618.378	647.956
Ajustes com títulos e valores mobiliários		2.417	(12.187)
Total do passivo e patrimônio líquido		9.066.512	10.159.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

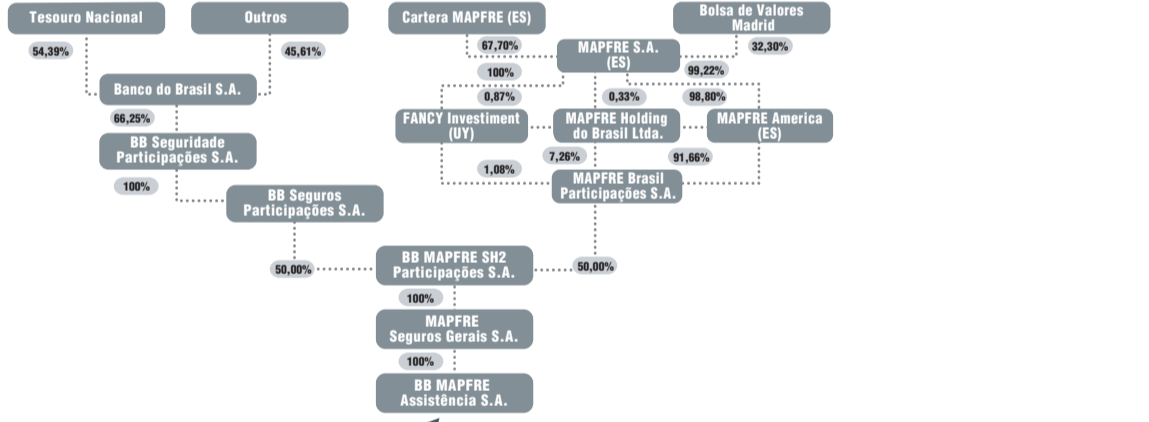
	Aumento de capital		Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros acumulados		Total
	Capital social	capital (em aprovação)	social a integralizar	subscrição de ações	Reserva de capital (investida)	de reavaliação	Reserva legal	Reserva de investimentos	com títulos e valores mobiliários	acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.439.863	110.000	-	497	45	396	28.780	507.129	(3.041)	-	2.083.669
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT nº 191 de 16 de junho de 2015	-	110.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	129.000	-	-	-	-	-	-	-	-	129.000
Capital social a integralizar	-	-	(19.350)	-	-	-	-	-	-	-	(19.350)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.146)	-	(9.146)
Juros sobre capital próprio pagos - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(129.000)	(129.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241.047	241.047
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	12.053	-	-	(12.053)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	99.994	-	(99.994)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.549.863	129.000	(19.350)	497	45	396	40.833	607.123	(12.187)	-	2.296.220
Integralização de capital	-	-	19.350	-	-	-	-	-	-	-	19.350
Aprovação de aumento de capital Portaria nº 1.351 de 03 de maio de 2016	129.000	(129.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 30 de junho de 2016	-	237.000	-	-	-	-	-	-	-	-	237.000
Aprovação de aumento de capital Portaria nº 7 de 28 de dezembro de 2016	237.000	(237.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 15 de dezembro de 2016	-	156.995	-	-	-	-	-	-	-	-	156.995
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	14.604	-	14.604
Juros sobre o capital próprio - AGE de 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.334)	-	(37.334)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	155.122	155.122
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	7.756	-	-	(7.756)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.915.863	156.995	-	497	45	396	48.589	569.789	2.417	-	2.694.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objetivo social operar em seguros e coseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 30. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o GRUPO MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2016, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 521/2015, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2017. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 3l, 3n, 22 e 25 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 3s e 26j - Arrendamento e Determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 7 - Prêmios a Receber (Redução ao valor recuperável); • Nota 26 - Provisões judiciais; e • Nota 29 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se: A IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Seguradoras tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento; e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria se os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do exercício. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Empréstimos recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguro e resseguro", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido avaliados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na avaliação dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o

reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável sobre os prêmios a receber direitos e acetos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, coseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos (DCD), para os recebíveis relativos a prêmios a receber vencidos e não pagos de riscos decorridos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. A RVR (redução ao valor recuperável) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada em estudo interno que considera o total dos créditos vencidos superiores a 365 dias e a aplicação de fator de ponderação obtido de acordo com o rating de classificação de cada Ressegurador. Para as operações com IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A. não há histórico de risco de perda e, consequentemente, nenhuma redução ao valor recuperável foi registrada. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por salvados a venda que são estimados e contabilizados, considerando o histórico de venda da Seguradora com referência ao valor de Mercado da Tabela FIFE ou Molinar, líquido dos custos de venda. **e) Investimentos:** *i. Participações societárias:* Compreende substancialmente investimento na controlada BB MAPFRE Assistência S.A., estando avaliado por equivalência patrimonial nas presentes demonstrações financeiras individuais. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitores em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando a aplicação das taxas admitidas pela Legislação Fiscal, consolidadas no Regulamento do Imposto de Renda por meio de seus artigos 305 e 323 e de acordo com os prazos dos contratos de aluguéis, conforme divulgado na nota explicativa nº 13. **g) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas apresentados na nota explicativa nº 14 e contrato de exploração de canal affinity, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos. **h) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **i) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do exercício de pagamento das parcelas dos prêmios. **j) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo

ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **s) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente à R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente pagados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente e o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com o ajuste das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre provisões técnicas e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para realização desses ativos. Os ativos e passivos, fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **u) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atalizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos

é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a empresa líder conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações individuais à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a efetividade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de unir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de o evento de sinistro ocorrer e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)									
	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	197.204	3%	45.431	1%	142.905	2%	385.540	6%	197.204	4%	19.993	0%	121.600	3%	338.797	7%
Nordeste	232.938	4%	34.879	1%	116.517	2%	384.334	7%	232.938	5%	23.399	1%	109.562	2%	365.899	8%
Norte	43.595	1%	6.586	0%	30.266	1%	80.447	2%	43.595	1%	4.387	0%	28.107	1%	76.089	2%
Sudeste	1.491.680	24%	891.412	15%	1.543.683	26%	3.926.775	65%	1.491.680	32%	335.565	7%	1.009.438	22%	2.836.683	61%
Sul	596.969	10%	229.604	4%	358.789	6%	1.185.362	20%	596.969	13%	156.928	3%	288.126	6%	1.042.023	21%
Total	2.562.386	42%	1.207.912	21%	2.192.160	37%	5.962.458	100%	2.562.386	55%	540.272	11%	1.556.833	34%	4.659.491	100%

Região geográfica	2016						2015									
	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	195.429	3%	39.076	1%	94.060	1%	328.565	5%	195.429	4%	16.295	0%	79.396	2%	291.120	6%
Nordeste	518.405	8%	46.560	1%	587.696	10%	1.152.301	19%	518.405	11%	27.832	1%	555.094	11%	1.100.971	23%
Norte	66.323	1%	3.579	0%	42.191	1%	112.093	2%	66.323	1%	2.675	0%	34.867	1%	103.865	2%
Sudeste	1.422.646	23%	406.031	7%	1.224.237	20%	3.052.914	50%	1.422.646	30%	164.560	3%	373.582	8%	1.960.788	41%
Sul	801.371	13%	146.285	2%	547.381	9%	1.495.037	24%	801.371	17%	102.232	2%	441.948	9%	1.345.551	28%
Total	3.003.814	48%	641.531	11%	2.495.565	41%	6.140.910	100%	3.003.814	63%	313.594	6%	1.484.887	31%	4.802.295	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ 32.124 e R\$ 192.794 (R\$ 23.907) e R\$ 192.399 em 31 de dezembro de 2015.

(**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 21.070 (R\$ 3.788) em 31 de dezembro de 2015.

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Riscos técnicos:** Provisão de IBNR. Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 12,41% (13,34% em 31 de dezembro de 2015) nos fatores de crescimento acumulados de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	2016	Impacto no resultado/PL
a. Provisões técnicas	19.423	(19.423)
a.1. IBNR	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR (19.423)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade (149.354)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;** **Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e** **Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, em que nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do contrato de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da seguradora local IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
A-	40.937	75.439	8.520	124.896	65.911	84.572	14.102	164.585
A	827.951	213	4.867	833.031	774.713	2.444	9.586	786.743
AA	9.233	253.361	7.760	270.354	-	258.606	8.950	267.556
AA+	8.129	9.871	2.515	20.515	1.990	8.874	3.743	14.607
AA-	9.160	18.078	9.392	36.630	21.593	46.656	4.739	72.988
AAA	-	30	1.145	1.175	-	-	3.346	3.346
BAA1	8.920	30	-	8.950	5.118	-	-	5.118
BB+	-	-	-	-	5.804	-	-	5.804
BBB-	-	-	-	-	-	-	20	20
BrA	492	-	-	492	-	-	-	492
BrA+	4.737	-	-	4.737	592	-	-	592
BrAA	2.187	-	-	2.187	1.755	-	-	1.755
Total	911.746	357.022	34.199	1.302.967	892.343	401.153	45.120	1.338.615

(*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 21.070 (R\$ 3.788) em 31 de dezembro de 2015.

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de subscrição e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de abaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo apresenta-se o quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2016:

Ativos financeiros - rating	AAA	AA+	AA-	A+	BBB+	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	2.620.057	-	-	-	2.620.057
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	-	26.303	-	10.532	-	36.835
Letras financeiras	4.734	-	4.733	-	-	-	9.467
Debêntures	-	15.119	30.406	3.014	-	-	48.539
Outras aplicações	-	-	-	-	-	726	726
Total	4.734	15.119	2.681.499	3.014	10.532	726	2.715.624

Ativos financeiros - rating	AAA	AA+	A+	BBB-	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.265.904	-	-	-	-	2.265.904
Certificados de depósito bancário (CDB)	26.686	138.729	28.375	10.734	-	204.524
Debêntures	78.622	7.526	-	-	-	86.148
Outras aplicações	-	-	-	-	726	726
Total	2.371.212	146.255	28.375	10.734	726	2.557.302

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 116.777 (R\$ 247.639 em 31 de dezembro de 2015) com lastro em títulos públicos.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Rating* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de planejamento de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de condição e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** o risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconstrução do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com o permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, no âmbito, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM - Asset & Liability Management*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

Duration. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

	2016	2015
Fundo	VaR Patrimônio	VaR Patrimônio
Liquidez	14 714.641	- 127.152
Rentabilidade	1 48.924	- 45.990

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 4,92 anos (4,45 em 31 de dezembro de 2015) frente a um patrimônio de R\$ 1.789.544 (R\$ 2.158.072 em 31 de dezembro de 2015) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO SEGURADOR, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 2.715.624 (R\$ 2.557.302 em 31 de dezembro de 2015) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 339.377 (R\$ 239.866 em 31 de dezembro de 2015) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e outras aplicações de R\$ 726 (R\$ 726 em 31 de dezembro de 2015). Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 2.375.521 (R\$ 2.316.710 em 31 de dezembro de 2015). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da empresa foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco <th colspan="2">2016</th> <th colspan="2">2015</th>	2016		2015	
	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)			
Taxa de juros e cupons	-	-	-	-
a) Elevação de taxas	-	(109.740)	-	-
b) Redução de taxas	-	123.848	-	-

Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e de reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: **Exigências para segregação adequada de funções;** **Exigências para o monitoramento de operações;** **Cumprimento com exigências regulatórias e legais;** **Documentação de controles e procedimentos;** **Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;** **Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;** **Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios (PCN);** **Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;** e **Padrões éticos.** Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com o trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	155.122	241.047
Constituição da reserva legal (5%)	7.756	12.053
Lucro líquido ajustado	147.366	128.994
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	184.700	229.000
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	125%	56%
Total de juros sobre capital próprio pago	184.700	129.000
Distribuição de juros sobre capital próprio		
Quantidade de ações		
Juros sobre capital próprio pagos distribuídos para as ações ordinárias	184.700	129.000
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	1.367.567.923	1.173.280.662
Juros sobre capital próprio pagos distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	-	-

a) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capitalização da seguradora.

d) Reserva de investimentos: Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

e) Ajustes com títulos e valores mobiliários: Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

28. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Automóvel	2.780.413	2.987.157	69,96%	65,25%	20,71%	20,16%
Patrimonial	1.305.791	1.180.246	34,93%	74,01%	18,21%	16,28%
Pessoas coletivo	630.639	493.964	21,19%	25,20%	38,14%	30,96%
Rural	349.685	407.056	65,81%	77,01%	21,11%	25,10%
Riscos especiais	260.399	157.328	5,51%	13,85%	0,46%	0,84%
Riscos financeiros	201.536	123.714	95,18%	96,84%	15,84%	22,53%
Aeronáuticos	192.853	121.632	70,67%	75,02%	3,55%	6,04%
DPVAT	192.794	192.399	85,89%	86,82%	1,40%	1,41%
Marítimos	93.781	68.057	103,94%	111,24%	5,73%	8,43%
Responsabilidades	76.714	74.280	3,93%	64,63%	12,13%	16,61%
Demais	356.431	312.801	50,83%	79,35%	27,65%	17,68%
Total	6.441.036	6.118.634	54,74%	65,90%	19,93%	18,99%

b) Prêmios emitidos

Prêmios diretos	5.858.519	5.826.046
Prêmios de cosseguos aceitos	115.414	252.354
Prêmios de cosseguos cedidos	(84.530)	(85.091)
Repasse DPVAT	192.794	192.399
Recuperação de custos iniciais de contratação	105.179	123.694
Sinistros ocorridos	(3.525.924)	(4.032.281)
Sinistros	(3.687.667)	(4.195.591)
Salvados	229.475	197.184
Ressarcimentos	125.194	95.940
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(21.358)	25.389
Serviço de assistência	(171.568)	(155.203)
d) Custo de aquisição	(1.283.762)	(1.162.128)
Comissões	(1.142.649)	(1.106.289)
Recuperação de comissões	4.281	2.085
Despesas com inspeção de riscos	(31.313)	(37.804)
Despesas com apólices e/ou contratos	(82.459)	(17.038)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(31.622)	(3.082)
e) Outras receitas e despesas operacionais	(253.745)	(417.716)
Redução ao valor recuperável	(58.835)	(58.830)
Serviços de terceiros	(52.752)	(184.843)
Rastreadores	(44.396)	(39.159)
Despesas com cobrança	(26.590)	(19.451)
Apólices e contratos	(17.376)	(10.500)
Endomarketing	(14.485)	(39.170)
Contingências cíveis	4.295	(12.176)
Encargos sociais	(325)	(2.612)
Outras receitas/despesas	(43.281)	(50.978)
f) Resultado com operações de resseguro	(1.001.613)	(1.161.623)
Receitas de resseguro	410.930	410.930
Recuperação de indenização	410.930	1.180.623
Despesas com resseguro	(1.412.543)	(1.163.510)
Prêmios de resseguro direto	(1.348.656)	(1.236.667)
Prêmios de resseguro cosseguro aceito	(103.217)	(231.711)
Prêmios de resseguro cancelados	96.748	118.588
Prêmios de resseguro restituídos	31.088	14.963
Salvados e ressarcimentos	(202)	(1.119)
Variação das provisões de resseguro	(88.304)	172.346
g) Despesas administrativas	(611.138)	(584.849)
Pessoal próprio	(309.845)	(316.178)
Localização e funcionamento	(174.875)	(173.481)
Serviços de terceiros	(123.737)	(117.992)
Publicidade e propaganda	(11.976)	(11.515)
Outras despesas administrativas	(9.495)	34.317
h) Despesas com tributos	(36.393)	(106.151)
COFINS	(76.973)	(86.442)
COFINS - Crédito tributário	54.786	-
PIS	(12.902)	(14.359)
PIS - Crédito tributário	8.903	-
Taxa de fiscalização	(3.904)	(3.410)
Outras despesas com tributos	(6.303)	(1.940)
i) Resultado financeiro	399.532	431.620
Receitas financeiras	632.647	749.787
Juros sobre ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	156.545	107.043
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	89.694	109.105
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	107.293	115.028
Rendimento equivalentes de caixa	2.277	2.589
Juros de prêmios	56.397	88.892
Oscilação cambial	188.582	238.995
Atualização de depósitos judiciais	13.879	15.841
Receitas com créditos tributários	5.828	7.776
Outras receitas financeiras	12.052	71.518
Despesas financeiras	(233.115)	(318.167)
Oscilação cambial	(178.853)	(247.271)
Consórcio DPVAT	(41.138)	(27.556)
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar administrativo	45.722	(508)

Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar judicial

Atualização monetária sobre provisões judiciais

Despesas financeiras juros

Outras despesas financeiras

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALAA, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MFGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MFGV; • Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2016, estão demonstrados a seguir:

Seguradora Arrendamento	Pagamentos		Despesas de	
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	pagamentos
Sede GRUPO SEGURADOR	19.299	87.027	375.368	481.694
Call Center - Franca	1.621	7.317	13.708	22.646
Call Center - São Carlos	5.708	7.692	-	9.400
Total	22.628	102.036	389.076	513.740

GRUPO SEGURADOR Arrendamento	Pagamentos		Despesas de	
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	pagamentos
Sede GRUPO SEGURADOR	47.072	212.262	915.533	1.174.867
Call Center - Franca	3.953	17.846	33.434	55.233
Call Center - São Carlos	4.165	18.761	-	22.926
Total	55.190	248.869	948.967	1.253.026

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

Imposto de renda	2016		2015	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	117.213	117.213	240.208	240.208
Imposto de renda à alíquota de 25% e Contribuição social à alíquota de 20%	(29.303)	(23.443)	(60.028)	(37.876)
Diferenças temporárias	(4.386)	(3.509)	(28.794)	(17.276)
Diferenças permanentes	(1.308)	(204)	(939)	(189)
Prejuízo fiscal e base negativa Seguros rurais	-	-	16.938	10.243
Juros sobre o capital próprio	46.175	36.940	1.075	19.350
Deduções incentivadas	-	-	3.318	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	19.444	9.784	(36.180)	(25.748)
Constituição/Reversão de crédito tributário	4.386	3.509	11.856	7.009
Ajustes relativos a exercícios anteriores	8	5	-	-
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	-	773	-	43.902
Despesa de imposto de renda e contribuição social	23.838	14.071	(24.324)	25.163
Alíquota efetiva (%)	-20%	-12%	10%	-10%

b) Créditos tributários e previdenciários:

Ativo	2015	Constituições	Reversões	2016
Tributos a compensar	21.306	37.031	(3.694)	54.643
PIS/COFINS	-	43.572	-	43.572
Tributos retidos na fonte	3.356	5.279	(373)	8.262
Total circulante	24.662	85.882	(4.067)	106.477
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	39.671	20.995	(21.796)	38.870
Contingências cíveis	6.201	12.824	(17.942)	1.083
Redução ao valor recuperável	67.963	462.853	(428.750)	102.066
Provisão para participação nos lucros	18.313	112.222	(115.453)	15.082
Contingências trabalhistas	3.619	7.883	(8.923)	2.579
Outras provisões	25.183	316.762	(332.016)	9.929
Ajustes de títulos a valor justo TVM	9.971	104.114	(114.085)	-
Prejuízo fiscal e base negativa PIS/COFINS	339.322	87.688	(58.447)	368.573
Prejuízo fiscal e base negativa PIS/COFINS	-	20.117	-	20.117
Total não circulante	510.253	1.145.458	(1.097.412)	558.299
Passivo	2015	Constituições	Reversões	2016
Desajuste	383	-	-	383
Reserva de reavaliação	1	-	-	1
Ajustes de títulos a valor justo TVM	-	1.977	-	1.977
Total passivo	384	1.977	-	2.361

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

	Compensação de Crédito Tributário (*)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Resultado	278.412	549.623	829.367	884.603	943.518
Compensação (30% do lucro)	(83.524)	(164.887)	(248.810)	(265.381)	(283.055)
Alíquota de IRPJ e CSLL	45%	45%	40%	40%	40%
Compensação do crédito tributário	(20.881)	(41.222)	(62.202)	(66.345)	(21.551)
IRPJ	(16.705)	(32.977)	(37.322)	(39.807)	(29.561)
CSLL	(37.586)	(74.199)	(99.524)	(106.152)	(51.112)
Crédito tributário	(37.586)	(74.199)	(99.524)	(106.152)	(51.112)
Saldo a compensar	368.573	330.987	256.788	157.264	51.112

(*) Inclui estratégia de reorganização dos negócios entre as empresas do GRUPO

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas a Seguradora, empresas do GRUPO MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC

05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

a) Remuneração do pessoal chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram R\$ 8.698 (R\$ 8.019 em 31 de dezembro de 2015).

b) Compartilhamento de despesas: As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing). Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e as receitas e despesas incorridas estão resumidos no quadro abaixo:

Partes relacionadas	Relação	2016				2015			
		Ativo	Passivo	Despesa	Receita	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Aliança do Brasil (*)	Coligada	3.550	-	-	38.087	8.283	3.622	-	34.960
Seguros S.A. (*)	Coligada	-	217	9	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Acionista	-	267	14.502	-	-	47	15.042	-
Brasil Assistência Ltda.	Coligada	-	-	658	-	-	-	-	-
Brasil Prev	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasilveículos	Coligada	24.460	29.053	-	123.137	23.165	28.174	-	125.170
Companhia de Seguros S.A. (***)	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	-
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	-	-	103	-	-	-	-	-
BB Gestão de Recursos - BB DTVM	Coligada	-	-	4.258	-	-	-	-	-
BB MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	-	5.626	127.668	-	6.608	134.683	-	-
BV Finança S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito, Financiamento e Investimento Companhia Brasileira Soluções e Serviços	Coligada	-	-	24	-	-	-	-	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	11.352	7.094	1.438	48.736	24.550	8.169	-	72.850
Cesvi Brasil Centro Exp. Seg Viária	Coligada	-	-	6.187	-	-	-	-	-
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	1.282.972	186.328	28.337	202.170	745.91			